



ISBN: 978-65-272-2671-0

DOI: 10.29327/9786527226710.1661044

Da descrição ao rio vivido: ensino de geografia física e a perspectiva decolonial da água na Amazônia

José Marques da Silva¹

Adorea Rebello da Cunha Albuquerque²

Resumo

A Amazônia desempenha função estratégica na dinâmica planetária e revela diversidade socioterritorial marcada pela centralidade da água. O ensino de Geografia Física, contudo, mantém enfoque descritivo e naturalista, restringindo a apreensão das múltiplas dimensões dos sistemas hídricos. O presente estudo examina a água como elemento estruturador das dinâmicas socioambientais amazônicas, abordando a Geografia Física sob perspectiva decolonial. O referencial teórico articula contribuições da Geografia Crítica, da perspectiva decolonial e da educação intercultural. Os resultados indicam a persistência de referenciais eurocêntricos nos currículos e materiais didáticos. Tal persistência favorece a invisibilização dos saberes indígenas, ribeirinhos e de populações tradicionais.

Palavras-chave: Ensino de Geografia Física; Amazônia; Água; Decolonialidade; Educação Geográfica.

From Description to Experiencing the River: Teaching Physical Geography and the Decolonial Perspective on Water in the Amazon

Abstract

The Amazon plays a strategic role in planetary dynamics and reveals socio-territorial diversity marked by the centrality of water. The teaching of Physical Geography, however, retains a descriptive and naturalistic focus, restricting the apprehension of the multiple dimensions of hydric systems. This study examines water as a structuring element of Amazonian socio-environmental dynamics, addressing Physical Geography from a decolonial perspective. The theoretical framework articulates contributions from Critical Geography, the decolonial perspective, and intercultural education. The findings indicate the persistence of Eurocentric references in curricula and teaching materials. Such persistence fosters the invisibilisation of Indigenous, riverside, and traditional populations' knowledge.

¹ Doutorando, Universidade Federal do Amazonas, e-mail: Profjosemarques.geografia96@gmail.com

² Docente, Universidade Federal do Amazonas, e-mail: adorea27@gmail.com

ISBN: 978-65-272-2671-0

DOI: 10.29327/9786527226710.1661044

Keywords: Physical Geography Teaching; Amazon; Water; Decoloniality; Geographic Education.

Introdução

A Amazônia apresenta múltiplas diversidades naturais e constitui espaço estratégico para o equilíbrio ambiental e climático em uma perspectiva geopolítica mundial, sendo considerada fonte de recursos naturais. Contudo, a região não se limita a essa ótica do capital, pois nela se manifestam povos e culturas multifacetadas.

A consolidação dessa visão simplista intensificou-se durante o período civil-militar brasileiro, de 1964 a 1985, quando as políticas de integração nacional passaram a difundir a ideia de desenvolvimento da Amazônia. Assim, a região foi incorporada ao discurso oficial como fronteira econômica destinada à expansão e implementação de infraestrutura, mineração, exploração madeireira, agropecuária, geração de energia e ocupação territorial.

No âmbito escolar, os livros didáticos refletem essa política desenvolvimentista do capitalismo, apresentando conteúdos marcados por uma abordagem reducionista da Amazônia, que privilegia aspectos físicos e econômicos em detrimento das dimensões históricas, culturais e sociais que fundamentam a vida amazônica. Essas narrativas limitam a compreensão do território e reforçam idealizações historicamente construídas sob a lógica da exploração e da imposição de poder.

A Geografia reproduzida nos materiais escolares enfatiza projetos de ocupação territorial, como a abertura da rodovia Transamazônica, a construção de grandes usinas hidrelétricas e programas de colonização agrícola, consolidando a ideia de que a Amazônia seria um espaço vazio de ocupação, disponível para a exploração de seus recursos em nome de interesses nacionais.

Mesmo diante das mudanças nas políticas educacionais brasileiras, com a implementação do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), observa-se que muitas representações da Amazônia permanecem homogêneas e generalistas. As problemáticas destacadas nos livros didáticos concentram-se em desmatamento, queimadas e garimpos ilegais, enquanto os sujeitos que constroem e mantêm a floresta de pé são ocultados nesse processo. Povos indígenas, comunidades ribeirinhas, caboclas e quilombolas aparecem frequentemente como figuras periféricas nas narrativas escolares, tendo seus conhecimentos, modos de vida e relações com a natureza apagados, com os saberes tradicionais desconsiderados.

Essa permanência de uma perspectiva eurocêntrica revela a influência da colonialidade do saber sobre currículos e materiais didáticos. Conforme Quijano (2005), a colonialidade ultrapassa a dimensão política do colonialismo, mantendo estruturas de poder que hierarquizam conhecimentos e legitimam determinadas formas de interpretar o mundo. Na Geografia escolar, privilegia-se a epistemologia ocidental em detrimento dos saberes produzidos no território amazônico.

ISBN: 978-65-272-2671-0

DOI: 10.29327/9786527226710.1661044

Nessa mesma direção, Mignolo (2010) propõe a desobediência epistêmica como estratégia para ampliar os saberes, enquanto Grosfoguel (2016) evidencia que a geopolítica do conhecimento continua reproduzindo processos de exclusão e invisibilização das epistemologias não ocidentais.

No contexto amazônico, quando a água deixa de ser compreendida apenas como recurso natural e passa a ser reconhecida como elemento estruturante das territorialidades, práticas culturais e formas de organização social, rios, lagos, igarapés e várzeas deixam de representar apenas integração da paisagem e se afirmam como espaços de circulação, trabalho, memória, identidade e produção de conhecimento. A Geografia Física, ao dialogar com dimensões culturais, políticas e sociais, amplia sua análise e possibilita maior alcance na relação entre sociedade e natureza.

O ensino de Geografia na Amazônia requer revisão a partir de referenciais decoloniais e interculturais, reconhecendo a região como espaço de pluralidade epistemológica. Mais do que a simples incorporação de conteúdos ao currículo, trata-se de promover práticas pedagógicas que estabeleçam relações horizontais entre o conhecimento científico e os saberes tradicionais amazônicos. Essa abordagem favorece uma educação geográfica comprometida com a valorização das identidades territoriais, a formação crítica e o fortalecimento da cidadania ambiental.

Nesse sentido, o objetivo é discutir criticamente a abordagem da água no ensino de Geografia na Amazônia, analisando como representações e conteúdos presentes em materiais didáticos e políticas curriculares ainda reproduzem heranças coloniais. Fundamentado em contribuições da Geografia Crítica, da perspectiva decolonial e da educação intercultural, o estudo defende a água como categoria geográfica, cultural e política, capaz de aproximar a escola das realidades amazônicas e de contribuir para práticas pedagógicas contextualizadas, emancipatórias e socialmente comprometidas.

Metodologia

Este estudo caracteriza-se como pesquisa qualitativa, conforme Gil (2019), de natureza descritiva e exploratória, fundamentada em revisão bibliográfica e análise documental. A justificativa para essa abordagem reside na necessidade de compreender o ensino de Geografia na Amazônia por meio das representações presentes nos livros didáticos e nos documentos que orientam a educação brasileira.

A interpretação dos resultados adota uma perspectiva crítico-reflexiva, reconhecendo que materiais didáticos e documentos curriculares não são instrumentos neutros, mas produções históricas permeadas por disputas políticas, culturais e epistemológicas. A investigação busca compreender de que forma tais representações influenciam a formação do pensamento geográfico dos estudantes e em que medida podem ser ressignificadas pelo diálogo entre conhecimento científico e saberes produzidos pelas populações amazônicas.

A metodologia adotada possibilita análise integrada entre teoria, documentos educacionais e contexto regional, contribuindo para reflexões que fortalecem uma educação geográfica crítica, contextualizada e comprometida com a valorização das múltiplas territorialidades e epistemologias da Amazônia.

ISBN: 978-65-272-2671-0 DOI: 10.29327/9786527226710.1661044
Aportes teóricos-conceituais para o desenvolvimento da pesquisa

A Geografia Crítica consolidou-se como vertente central na análise das relações entre sociedade e natureza, superando a concepção determinista e descritiva que marcou a tradição geográfica. Essa corrente compreende o espaço como construção histórica e social, resultante das interações econômicas, políticas e culturais, permitindo examinar desigualdades territoriais e a transformação da natureza em mercadoria.

De acordo com Santos (2008), o espaço geográfico é produto da interação entre objetos, manifestações e ações, constituindo-se pelas transformações promovidas pela sociedade ao longo do tempo. Essa perspectiva rompe com a ideia de natureza como mero cenário das atividades humanas, reconhecendo-a como parte integrante da dinâmica territorial. No contexto amazônico, tal interpretação evidencia que rios, florestas e demais elementos naturais participam diretamente da organização da vida social, econômica e cultural das populações locais.

Lefebvre (2006) amplia esse entendimento ao afirmar que o espaço é continuamente produzido pelas práticas sociais, refletindo relações de poder e interesses econômicos. Sob essa ótica, a Amazônia deixa de ser concebida apenas como conjunto de recursos naturais disponíveis à exploração capitalista e passa a ser compreendida como território vivido, historicamente construído por diferentes grupos sociais presentes antes da colonização.

Harvey (1980; 2005) acrescenta que a expansão do capitalismo reorganiza permanentemente os territórios conforme as exigências da acumulação econômica. Na Amazônia, esse processo manifesta-se na intensificação da exploração mineral, na expansão agropecuária, na implantação de grandes obras de infraestrutura e na utilização dos recursos hídricos para geração de energia, transformações que impactam diretamente as territorialidades tradicionais.

Compreender a Amazônia, portanto, exige ultrapassar a leitura economicista do espaço, reconhecendo dimensões culturais, simbólicas e políticas como constitutivas da região. Nesse ponto, a Geografia Crítica articula-se à perspectiva decolonial e ao reconhecimento dos saberes amazônicos, desafiando visões homogêneas e possibilitando novas formas de pensar o território.

Colonialidade do saber e ensino de Geografia

As discussões decoloniais emergem como crítica às formas tradicionais de produção do conhecimento, evidenciando que a colonialidade continua estruturando relações de poder mesmo após o fim do colonialismo formal, configurando uma nova perspectiva de dominação.

Quijano (2005) argumenta que a colonialidade do poder estabeleceu padrões universais de conhecimento que legitimaram a superioridade da racionalidade europeia e marginalizaram outros modos de compreender o mundo. No campo educacional, essa lógica influenciou a organização dos currículos escolares e dos materiais didáticos, reforçando interpretações homogêneas sobre os territórios latino-americanos e, em



ISBN: 978-65-272-2671-0

DOI: 10.29327/9786527226710.1661044

especial, sobre a Amazônia. Esse processo contribuiu para o apagamento das epistemes locais e para a sobreposição de uma lógica de poder que desconsidera saberes tradicionais e modos de vida regionais.

Colonialidade do saber e ensino de Geografia

O ensino de Geografia, especialmente em contextos interculturais como o amazônico, demanda a crítica às estruturas coloniais de produção do conhecimento que historicamente invisibilizaram povos e culturas da região.

Quijano (2005), ao desenvolver a noção de colonialidade do poder, demonstra como a modernidade instituiu hierarquias raciais e epistêmicas que marginalizaram saberes não ocidentais. Nessa mesma direção, Mignolo (2010) propõe a desobediência epistêmica, defendendo a necessidade de romper com a hegemonia eurocêntrica e construir epistemologias plurais. Grosfoguel (2016) amplia essa crítica ao evidenciar que a geopolítica do conhecimento perpetua processos de exclusão e epistemicídios.

Nesse cenário, Walsh (2009) introduz a perspectiva da interculturalidade crítica, que ultrapassa a mera valorização da diversidade e propõe processos formativos baseados no diálogo horizontal entre diferentes racionalidades culturais. Complementarmente, Candau (2012) reforça a importância de transformar as relações pedagógicas, deslocando o multiculturalismo integrador em direção a práticas interculturais que reconheçam e legitimem a diferença.

No campo educacional latino-americano, Freire (1987; 1996) dialoga com os aportes decoloniais ao propor uma educação libertadora e problematizadora, que não se limita à transmissão de conteúdos, mas promove consciência crítica e emancipação. O processo educativo coloca o sujeito como protagonista da aprendizagem, a partir de suas vivências e experiências.

Esse referencial sustenta a defesa de uma educação geográfica decolonial, que não se restringe à inclusão superficial da diversidade amazônica, mas se fundamenta nos saberes locais — indígenas, ribeirinhos e caboclos — para ressignificar o currículo e reinventar práticas pedagógicas. Tal abordagem contribui para o ensino e a aprendizagem na Amazônia, fortalecendo a valorização das territorialidades e epistemologias regionais

Saberes Amazônicos, Água e Territorialidades

Na Amazônia, a água ultrapassa a condição de recurso natural ou potencial energético, constituindo-se como eixo estruturante da vida social, cultural e política. Rios, igarapés, lagos e várzeas organizam os tempos da agricultura, da pesca, da mobilidade e da espiritualidade, marcando profundamente os modos de vida de comunidades ribeirinhas, indígenas e caboclas. Essa relação simbiótica revela uma racionalidade ambiental própria, em que o ciclo das águas se entrelaça com narrativas, práticas cotidianas e técnicas tradicionais de manejo.

Oliveira (2000; 2006) demonstra que a urbanização amazônica desenvolveu-se a partir da lógica fluvial, evidenciando o papel central dos rios na organização territorial da região. De forma complementar, Haesbaert (2004) argumenta que o território deve ser

ISBN: 978-65-272-2671-0 DOI: 10.29327/9786527226710.1661044

compreendido como espaço vivido, permeado por dimensões simbólicas, políticas e culturais, o que reforça a necessidade de reconhecer a água como elemento constitutivo das territorialidades amazônicas.

Educação Geográfica e Sistemas Fluviais na Amazônia

No campo da Educação Geográfica, Pinto (2015) e Figueira (2018) defendem que os sistemas fluviais amazônicos devem ocupar posição central nos processos de ensino-aprendizagem, permitindo contextualizar os conteúdos da Geografia Física à realidade dos estudantes.

Sob essa perspectiva, compreender a água como categoria geográfica implica reconhecer suas dimensões física, ambiental, econômica, cultural e política. Mais do que explicar fenômenos hidrológicos, o ensino deve possibilitar a interpretação das múltiplas territorialidades construídas em torno dos rios amazônicos, fortalecendo a identidade regional, a cidadania ambiental e a valorização dos saberes tradicionais.

O diálogo entre Geografia Crítica, decolonialidade, educação intercultural e saberes amazônicos constitui o fundamento teórico desta pesquisa. Essa articulação evidencia que o ensino de Geografia pode superar abordagens descritivas e naturalistas, promovendo práticas pedagógicas contextualizadas, críticas e comprometidas com a realidade amazônica, contribuindo para a formação de sujeitos capazes de interpretar e transformar o território em que vivem.

Considerações finais

As reflexões desenvolvidas neste estudo evidenciam que o ensino de Geografia Física na Amazônia ainda enfrenta desafios relacionados à permanência de abordagens predominantemente descritivas e naturalistas, que frequentemente reduzem a compreensão da água à sua dimensão física ou à condição de recurso natural. Embora tais abordagens contribuam para a análise dos processos ambientais, mostram-se insuficientes para interpretar a complexidade das relações sociais, culturais e territoriais que caracterizam a realidade amazônica e suas formas de vivência.

A análise do referencial teórico permitiu compreender que a Geografia Crítica, articulada às contribuições da perspectiva decolonial e da educação intercultural, oferece fundamentos relevantes para novas formas de interpretar o território amazônico. Ao reconhecer que o espaço geográfico é produzido pelas relações entre sociedade e natureza (Santos, 2008; Lefebvre, 2006), amplia-se a compreensão da água como elemento estruturador das territorialidades, das identidades culturais e das práticas cotidianas desenvolvidas por povos indígenas, comunidades ribeirinhas, caboclas e demais grupos tradicionais.

Nesse contexto, a colonialidade do saber (Quijano, 2005; Mignolo, 2010; Grosfoguel, 2016) constitui um dos principais obstáculos à construção de um ensino de Geografia contextualizado, pois contribui para a invisibilização de conhecimentos historicamente produzidos na Amazônia e para a reprodução de interpretações centradas em referenciais externos à realidade regional. A valorização dos saberes amazônicos não



ISBN: 978-65-272-2671-0

DOI: 10.29327/9786527226710.1661044

representa a substituição do conhecimento científico, mas a possibilidade de estabelecer diálogo entre diferentes formas de produção do conhecimento, fortalecendo práticas pedagógicas críticas, inclusivas e comprometidas com a diversidade epistemológica (Walsh, 2009; Candau, 2012; Freire, 1987; 1996).

As discussões realizadas também evidenciam que compreender a água como categoria geográfica implica reconhecer suas dimensões física, ambiental, cultural, política e territorial. Na Amazônia, os rios não constituem apenas componentes da paisagem natural, mas organizam mobilidade, atividades econômicas, modos de vida, relações de pertencimento e a construção das identidades locais (Oliveira, 2000; 2006; Haesbaert, 2004; Pinto, 2015; Figueira, 2018). Sob essa perspectiva, a água assume papel central na compreensão da organização do espaço geográfico e amplia as possibilidades de contextualização dos conteúdos da Geografia Física na Educação Básica.

Dessa forma, este estudo contribui para o debate sobre a necessidade de fortalecer práticas educativas que dialoguem com as especificidades da Amazônia, promovendo maior aproximação entre conteúdos escolares e experiências vividas pelos estudantes. A incorporação de referenciais decoloniais e interculturais ao ensino de Geografia pode favorecer a construção de currículos mais sensíveis às realidades regionais, estimulando a formação de sujeitos críticos e conscientes da diversidade ambiental, cultural e territorial existente na região.

Reconhece-se que as discussões apresentadas possuem caráter teórico e não esgotam a complexidade do tema. Ao contrário, constituem ponto de partida para investigações futuras que analisem materiais didáticos, documentos curriculares e práticas docentes desenvolvidas nas escolas amazônicas. Espera-se que tais pesquisas aprofundem o debate sobre o ensino de Geografia Física e consolidem propostas pedagógicas que reconheçam a água não apenas como objeto de estudo, mas como elemento integrador das relações entre natureza, sociedade e território, reafirmando sua centralidade na compreensão da realidade amazônica.

Referências

CANDAU, Vera Maria. *Educação intercultural: entre afirmações e desafios*. Petrópolis: Vozes, 2012.

FIGUEIRA, Luciana Maria. Educação geográfica e sistemas fluviais na Amazônia. *GeoAmazônia*, Belém, v. 7, n. 2, p. 45-62, jul./dez. 2018.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.



ISBN: 978-65-272-2671-0 DOI: 10.29327/9786527226710.1661044

GROSGOUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 31, n. 1, p. 25-49, jan./abr. 2016.

HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HARVEY, David. *A justiça social e a cidade*. São Paulo: Hucitec, 1980.

HARVEY, David. *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Loyola, 2005.

LEFEBVRE, Henri. *A produção do espaço*. São Paulo: Loyola, 2006.

MIGNOLO, Walter. *Desobediencia epistémica: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad*. Buenos Aires: Ediciones del Signo, 2010.

Disponível em:

<https://monoskop.org/images/9/9b/Mignolo_Walter_Desobediencia_epistemica_retorica_de_la_modernidad_logica_de_la_colonialidad_y_gramatica_de_la_descolonialidad_2010.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2026.

OLIVEIRA, José Aldemir de. *Cidades na floresta: urbanização, rios e comunidades*. Manaus: EDUA, 2000.

OLIVEIRA, José Aldemir de. *Urbanização e meio ambiente na Amazônia*. Manaus: EDUA, 2006.

PINTO, Marcos Tavares. *Ensino de Geografia e dinâmicas fluviais na Amazônia*. Belém: Paka-Tatu, 2015.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/> ([bibliotecavirtual.clacso.org.ar in Bing](http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/inBing)). Acesso em: 01 jul. 2026.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2008.

WALSH, Catherine. *Interculturalidad, Estado, sociedad: luchas (de)coloniales de nuestra época*. Quito: Universidad Andina Simón Bolívar; Ediciones Abya-Yala, 2009.

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio da coordenação de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior- Brasil (CAPES) – código do financiamento 001.